

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ACOANHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO

THE SOCIAL WORKER'S PRACTICE IN INSTITUTIONAL CARE FOR CHILDREN AND TEENAGERS UNDER THE INFLUENCE OF CONSERVATISM

LA PRACTICA DEL TRABAJADOR SOCIAL EN LAS INSTITUCIONES DE ACOGIDA DE NIÑOS Y ADOLESCENTES BAJO LA INFLUENCIA DEL CONSERVADURISMO

Elizete Pereira Almeida¹
Mariana Dadalt de Souza²
Crisfabile dos Santos Moreira³
Lenir Andrade dos Santos Panek⁴
Marcos Antonio Klazura⁵

Resumo

Este artigo tem como objetivo apontar os desafios que o assistente social encontra na prática profissional em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes sob a influência do conservadorismo. Para isso, destaca-se a necessidade de revisitar elementos da gênese da profissão; resgatar o histórico do surgimento dessas organizações no Brasil; descrever o debate sobre os princípios de atuação do Serviço Social na FEBEM; e apresentar os desafios da prática profissional na contemporaneidade. Ao longo do trabalho procurou-se responder à seguinte indagação: Qual a influência do conservadorismo na prática profissional do Assistente Social em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes? Para isso, utilizou-se um caminho metodológico materializado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória, sob a direção do materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: conservadorismo; criança e adolescente; instituição de acolhimento.

Abstract

This article aims to point out the challenges that social workers face in their professional practice in institutions for children and teenagers under the influence of conservatism. For this purpose, we highlight the need to revisit elements of the genesis of the profession; to rescue the history of these organizations' emergence in Brazil; to describe the debate on the Social Service principles in FEBEM; and to present the challenges of professional practice in the contemporary world. Throughout this text, an attempt was made to answer the following question: What is the influence of conservatism in the professional practice of the Social Worker in institutions for children and teenagers? For that, a methodological path was used, materialized through bibliographic and documentary research, of exploratory nature, under the direction of the historical-dialectical materialism.

Keywords: conservatism; child and teenager; institutional care.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de indicar los retos a los que el trabajador social se enfrenta en su práctica profesional en las instituciones de acogida de niños y adolescentes bajo la influencia del conservadurismo. Para ello, se hace necesario revisitar elementos de la génesis de la profesión; rescatar la historia del origen de esas organizaciones en Brasil; describir el debate sobre los principios de la actuación del Trabajo Social en la FEBEM; y presentar los retos de la práctica profesional en tiempos contemporáneos. A lo largo del trabajo se

¹ Bacharelado em Serviço Social no Centro Universitário Internacional — UNINTER. Pós-graduanda em Políticas Públicas e Direitos Sociais em Centro Universitário Internacional — UNINTER. E-mail: zetedalmeida@hotmail.com

² Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Uninter. E-mail: dadaltmariana@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Uninter. E-mail: crisfablesm@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Serviço Social no Centro Universitário Uninter. E-mail: lenirandrade@gmail.com

⁵ Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUC-PR; docente do curso de Serviço Social da Uninter e pesquisador do GETFS. E-mail: marcos.k@uninter.com

trató de contestar a la siguiente cuestión: ¿Cuál la influencia del conservadurismo en la praxis profesional del trabajador social en instituciones de acogida de niños y adolescentes? Para ello, se utilizó un recorrido metodológico materializado en investigación bibliográfica y documental, de naturaleza exploratoria, apoyado en el materialismo histórico-dialéctico.

Palabras-clave: conservadurismo; niño y adolescente; institución de acogida.

1 Introdução

Este artigo buscou pesquisar o conservadorismo na práxis profissional do assistente social, além de identificar seus principais desafios nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Ressalta-se que a finalidade de uma pesquisa é despertar no estudante de Serviço Social a possibilidade de apropriação de um arcabouço teórico que orientará a sua práxis profissional, a partir do seguinte direcionamento: construção de uma análise macrossocial que tenha como cerne a criticidade diante das intervenções cotidianas; reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos, em interface com a aplicabilidade transversal desses direitos, a partir do acesso às políticas públicas.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo geral apontar os desafios que o assistente social encontra na práxis profissional em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes sob a influência do conservadorismo. Como objetivos específicos, se orienta pelas seguintes intencionalidades: a) analisar o surgimento das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil; b) analisar o exercício profissional do assistente social no início do século XX na FEBEM; e c) refletir sobre a práxis profissional do assistente social e seus desafios na contemporaneidade.

Cabe ressaltar que o conceito de práxis profissional [...] “conforme afirma Sánchez Vázquez, [se refere a] uma atividade prática que faz e refaz coisas, isto é, transmuta uma matéria ou uma situação” (MAYORAL, 2007, p. 331). A práxis profissional fundamenta-se no materialismo histórico-dialéctico, compreendendo que “a práxis é crítica da realidade, e autocrítica, porque não existem privilegiados juízes do conhecimento, e a crítica trabalha em conjunção com o comportamento preventivo cheio de valores e consciência de classe”. (MAYORAL, 2007, p. 330). Sendo assim, a práxis profissional do Serviço Social é mais que prática, revela conhecimentos teóricos e práticos; é a intervenção profissional carregada de intencionalidade.

Destaca-se que essa pesquisa fez parte de um trabalho de PBL (Aprendizagem Baseada em Problemas) do Curso de Serviço Social – UNINTER; trata-se de uma temática abordada em pesquisas anteriores como: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; a Articulação de Políticas

Públicas para o Acesso aos Direitos Sociais; Os Desafios do Cotidiano de Criança e Adolescente; Os Desafios no Controle da Obesidade Infantil no Brasil. Percebe-se que essa temática é essencial e sua abrangência instiga ao aprofundamento desse conteúdo, para complementar o arcabouço de pesquisa, que direciona o estudo para além dos muros acadêmicos.

A metodologia definiu-se a partir do materialismo histórico-dialético, que tem como premissas a consideração da contradição, da historicidade e da totalidade na análise da realidade. Optou-se por um estudo de natureza exploratória, por meio de coleta de dados, em uma pesquisa bibliográfica e documental que, de acordo com Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; enquanto “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 50). Sendo assim, a fundamentação teórica foi desenvolvida com base em livros, revistas, artigos científicos impressos e publicados na internet. Para melhor compreensão, combinaremos uma abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001), tem uma amplitude maior para o entendimento da realidade social, visto considerar, além dos dados, os significados dos resultados.

Dessa forma, apresenta-se na sequência a estrutura do trabalho: I – Breve histórico: contextualização do conservadorismo na gênese da profissão. II - O surgimento das instituições de acolhimento de crianças e adolescente no Brasil. III - A práxis profissional do assistente social no início do século XX na FEBEM. IV - A práxis profissional do assistente social na contemporaneidade e os desafios do exercício profissional. V – Considerações finais.

2 Breve histórico: contextualização do conservadorismo na gênese na profissão

Para iniciarmos a reflexão sobre o conservadorismo na gênese da profissão, expomos a visão de Silva (2016, n. p.):

A palavra *conservador* indica um substantivo e um adjetivo. No primeiro caso, conservador, e a derivação conservadorismo, implicam um conceito, um conteúdo; no segundo, corresponde à qualificação de atitudes práticas e ideias. Do ponto de vista do *uso comum*, conservadorismo está ligado à pretensão de manter intacta, de conservar, portanto, de rejeitar o novo e o apelo à mudança, visto como riscos à ordem instituída.

De acordo com Oliveira e Chaves (2017), a trajetória do Serviço Social no Brasil está marcada por incessantes lutas, formada por avanços e retrocessos; na atualidade é um mix dessa construção histórica, com avanços na gestão social e política, constituída com precedentes, com uma proposta profissional de maturidade acadêmica e de uma práxis profissional alicerçada na perspectiva de renovação. Da mesma forma, com recuos subservientes às premissas do mercado, acordadas com o conservadorismo, que se apresentam no contexto da práxis profissional — como na formação —, apesar de se definir como postura destoante da direção social afirmada pelas entidades da categoria.

Segundo Castro (1989 apud OLIVEIRA; CHAVES, 2017), esse “complexo itinerante histórico” do Serviço Social, varia de uma ação missionária, conservadora, ligada às frações que dominam a sociedade, a uma práxis revolucionária, inovadora e compromissada com a classe trabalhadora.

Barroco (2001 apud SILVA; SILVA; JÚNIOR, 2016) afirma que, se conceituarmos as particularidades da herança conservadora do Serviço Social, poderemos evidenciar a influência teórica do neotomismo, que designa à sociedade a visão de “bem comum”. Isso quer dizer que a sociedade é harmoniosa por si só, assim, o indivíduo que não se enquadra nesse modelo é tido como “anômalo”, “desviante”. Desta maneira, o Serviço Social inicialmente pautou-se em um viés de construção social, moral e intelectual de educar as famílias no sentido de ajustamento social. Foi, então, um exercício profissional firmado em atendimentos individuais e duradouros, com a finalidade de adequação ao comportamento moral desejado.

O positivismo teve forte influência no Serviço Social. Nesse momento a profissão começou a indagar sobre a sua intervenção; surge então o questionamento sobre “o que fazer” e “como fazer”, que levou o Serviço Social a acomodar-se e cair na burocracia. As técnicas norte-americanas influenciaram o Serviço Social brasileiro e passaram a empregar o método positivista como direção do exercício profissional dos assistentes sociais, que anteriormente sofrera influência franco-belga.

Para maior compreensão dessa temática, Lima e Costa (2016) ressaltam que o Serviço Social inicia importando as técnicas do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Esse fato ocorreu após algumas experiências de assistentes sociais em universidades norte-americanas, com influência da Sociologia e da Psicologia. Com o surgimento do Serviço Social americano, surge também a perspectiva funcionalista marcando a profissão no Brasil.

Buscando uma compreensão sobre o funcionalismo que também esteve presente na gênese da profissão, Andrade (2008) aponta que Mary Richmond foi a primeira a escrever sobre critérios para uma prática profissional competente, séria e rigorosa, em seu livro *Social Diagnosis*, publicado em 1917. Ali evidenciou-se a ideia de uma sociedade funcional, concebida pela sociologia norte-americana que, somada a um conjunto técnico de outros autores da época — como Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis — constituíam uma autoridade específica do saber-fazer, diferente do senso comum dos profissionais de Serviço Social brasileiros.

De acordo com Lima e Costa (2016), ainda houve a influência da fenomenologia, que é um estudo sobre as classificações dos fenômenos; essa abordagem influenciou vastamente a filosofia contemporânea, não foca o seu estudo no contexto histórico, mas em compreender os fenômenos. A fenomenologia não desencadeia transformações macrosociais, mantendo-se no conservadorismo. A perspectiva fenomenológica adotada pelo Serviço Social estudava a realidade com maior ênfase na finalidade descritiva, sem construção de um caminho coletivo de mudanças, sem focar na luta de classes e tampouco em transformações estruturais ou conjunturais.

Complementando, os autores esclarecem que a fenomenologia traz uma visão existencial ao trabalho social; nesse sentido, o Serviço Social realiza-se por meio do tratamento social, com auxílio psicossocial, para transformar a pessoa, finalidade essencial da intervenção profissional.

Ressalta-se que o conservadorismo sempre esteve presente no contexto histórico da profissão. Netto (2009 apud BOSCHETTI, 2015) destaca que ela se manteve sob uma perspectiva conservadora através de duas linhas indispensáveis: a primeira como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, com atitude conservadora frente às expressões da questão social; destinava-se à prestação de bens e serviços para assegurar a inserção da classe trabalhadora na economia mercantil e para administrar políticas para a manutenção do capital. A segunda linha refere-se ao surgimento de uma profissão subordinada às Ciências Sociais, como uma profissão técnico-operativa, com práticas sem compromisso com a produção de conhecimento e amparadas teoricamente nos projetos das Ciências Sociais, enfatizando o pensamento mais conservador.

2.1 O surgimento das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil

Segundo Faleiros (2009), no final século XVII, as crianças abandonadas eram percebidas como um problema para sociedade e essa questão se dava pela carência de cuidados com os “enjeitados”. Assim, viu-se a necessidade da criação das rodas de expostos; a “Roda” era um equipamento cilíndrico que ficava na porta das casas de recolhimento, na qual eram depositados os recém-nascidos rejeitados. Conforme Viegas (2007), o cuidado à criança desamparada no Brasil iniciou nas cidades de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789) e perdurou, somente nessas cidades, até o ano de 1822. A maioria das crianças enjeitadas procediam de famílias miseráveis — pois a pobreza era o primeiro motivo de os pais abandonarem os filhos —, outros aspectos eram a doença, a morte da mãe, a falta de leite e os bebês seriamente adoecidos. De acordo com Rizzini *et al* (2006), no Brasil, a institucionalização de crianças e adolescentes se desenvolveu e expandiu a partir do século XIX. Devido ao fato de que as medidas de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar não fundamentassem em muitos critérios, se propagou uma cultura da institucionalização. Dizia-se que essa prática seria exercida como último método a ser utilizado, porém, a aplicação dessa medida durou até o final do século XX. Conforme Marcílio (1998), a partir do século XIX se estabelece a filosofia das luzes, que tinha como características principais o utilitarismo, a medicina higienista e o liberalismo. Com essas peculiaridades, houve uma mudança no cuidado com os mais pobres e necessitados, de modo que se alteraram as práticas filantrópicas que passaram da caridade a uma prática fundamentada na ciência. Viegas (2007) destaca que essa mudança se deu como consequência do projeto positivista consolidado em 1889 no Brasil, que tinha como lema “ordem e progresso”. Os positivistas tinham como projeto o distanciamento da “infância problemática, desvalida, delinquente em grandes instituições totais, de regeneração ou correção dos defeitos, antes de devolvê-la ao convívio da sociedade estabelecida” (MARCÍLIO, 1998 apud VIEGAS, 2007, p. 48).

Considerando o contexto sociopolítico no Brasil, que tinha como fundamento o projeto positivista que defendia a ordem, o progresso e a ciência, iniciou-se um movimento contra a roda dos expostos, com a perspectiva de diminuir as taxas de mortalidade infantil, pois o Estado estava perdendo vidas úteis. Esse movimento teve o apoio de juristas que buscavam desenvolver leis para a garantia dos direitos das crianças abandonadas e dos adolescentes “infratores”, estes que eram considerados como responsáveis pela desordem da sociedade. O movimento de extinção das rodas de enjeitados teve seu fim somente na década de 1950, com o fechamento das rodas de abandonados em São Paulo e Salvador; é importante

destacar que o Brasil foi o último país a fazer esse processo de todo o território ocidental (MARCÍLIO, 1997).

Em suma, instituições filantrópicas de cuidados com as crianças em situação de vulnerabilidade começaram a surgir a partir dos anos 1930, entre elas a Liga das Senhoras Católicas, o Rotary Club. Após os anos 1960, houve uma alteração nos cuidados de crianças e adolescentes devido à fase do “Welfare State⁶”. Com essa nova vertente, foi criada a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e em seguida a FEBEM- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, sobre as quais se falará, com maior aprofundamento, ao longo do conteúdo (MARCÍLIO, 1998).

2.2 A práxis profissional do assistente social no início do século xx na febem

Para melhor entendimento sobre o conservadorismo nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, será analisado o processo de assistência à infância no Brasil a partir da origem da FUNABEM e da FEBEM. A Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964⁷, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores [...]” (BRASIL, 1964). O artigo 5º define o objetivo da FUNABEM:

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política (BRASIL, 1964).

Segundo Becher (2011), a FUNABEM tinha que criar estratégias para lidar com os desarranjos gerados pelo “menor”.⁸ Aponta dois eixos principais: “a correção e a prevenção das causas do “desajustamento do menor”, aplicando um método terapêutico-pedagógico com a finalidade de sua reeducação e reintegração à sociedade, procurando corrigir sua “conduta antissocial”. Com o cenário político da época, a ditadura militar, todos tinham que

⁶ O *welfare state* pode ser compreendido como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal, promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, p. 203).

⁷ Revogado pela Lei nº 8.069, de 1990. Seu art. 267 diz: Revogam-se as Leis n.º 4.513, de 1964, e 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), e as demais disposições em contrário (BRASIL, 1990).

⁸ Termo de sentido vago, utilizado para definir a pessoa com menos de 18 anos. Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor, é considerado inapropriado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo. Esse termo reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores (MPPR, 2019).

seguir um ordenamento social, os que não seguiam o padrão social estabelecido eram considerados “marginais” e eram vistos como um problema para a sociedade; também essa condição deveria ser corrigida e evitada através da ação da FUNABEM.

Afirma Andrade (1997) que, através da FUNABEM, foi instituída a FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor), com a função de institucionalizar crianças e adolescentes que estavam em condição considerada miserável e que eram vistos como problemáticos e uma ameaça para a sociedade. Com o passar do tempo, foram aplicadas regras baseadas no sistema militar.

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP desde sua criação é a responsável pelo abrigo, tratamento e educação das crianças e adolescentes juridicamente classificados como "abandonados, assistidos e infratores". Os "abandonados" são crianças e adolescentes em situação de abandono ou ausência dos pais e sem responsáveis. Os "assistidos" são aqueles que têm pelo menos um responsável, mas que foram internados por falta de condições financeiras, afetiva, saúde física ou mental. Os "infratores" são adolescentes julgados ou sentenciados pela justiça por terem praticado atos de infração penal (VIOLANTE, 1984 apud ANDRADE, 1997, p. 23).

Conforme Miranda (2016), as instituições para “menores” foram criadas pelo Estado com a perspectiva de higienização das áreas urbanas e com a função de estabelecer um controle do que era considerado “marginalidade”. Eram aplicadas medidas punitivas e de reajuste. “Foi neste sentido que os idealizadores do projeto Funabem buscaram legitimar o discurso [de] que a instituição foi criada como alternativa ideal para se resolver a ‘questão do menor’” (MIRANDA, 2016, p. 56).

Diz Figueiredo (1987) que a FEBEM era apresentada como uma instituição com a função de reparar danos, proporcionar educação e preparar para a vivência na sociedade. A atuação era coercitiva e o “menor” tinha que ser ajustado, seguir uma rotina regrada, com ordem; não podia questionar, era obrigado a trabalhar e em outros momentos ficava sem fazer nada ou era colocado em alguma atividade física apenas para ficar exausto. Ocorria uma relação de proximidade e autoridade dos funcionários para com os “menores”, com isso pensava-se que se estava fazendo melhor do que os responsáveis de origem. A vida do “menor” era decidida pelo Poder Judiciário, onde muitas vezes a família era avaliada como sem condições de criar o “menor”, por ser considerada fora do padrão. Figueiredo (1987) ainda relata que algumas vezes alegavam que ‘é melhor na FEBEM que na favela’, como argumento para institucionalizar.

De acordo com Miranda (2015), na FEBEM o assistente social assumia as demandas da família, criança e adolescente como uma situação comum e os tratava como “clientes”, de

forma que seu atendimento era padronizado. Nos registros, anotava o seu entendimento de família e infância, fazendo uma comparação entre o que seria considerado ajustado ou desajustado; a prática profissional tinha como objetivo institucionalizar.

As informações registradas eram construídas a partir de um questionário que estabelecia a tipologia de problemas apresentados pela criança ou pela família, ou seja, era elaborada uma identificação pré-estabelecida pelo relatório, que visava classificar a criança como “vadia”, “indisciplinada” ou “abandonada”. No que se refere aos problemas apresentados pelas famílias, essas poderiam ser identificadas como incapazes de ter a guarda da criança por questão “moral, financeira ou mental” (MIRANDA, 2015, p. 169).

Nesse sentido, o trabalho do assistente social na Febem era realizado por meio de uma prática conservadora e moralizante, reproduzindo a lógica criminalizadora da pobreza, o que na prática era uma forma de reprodução da desigualdade social.

2.3 A práxis profissional do assistente social na contemporaneidade e os desafios do exercício profissional

Segundo Boschetti (2009 apud CARVALHO, 2015), as instituições de acolhimento são uma das modalidades de proteção social previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), com o objetivo de proteção integral da criança e do adolescente, cujas famílias ou responsáveis se encontram temporariamente impossibilitados de cumprir com a sua função de cuidar e proteger, que se encontram em situação de perigo, vítimas de abuso, agressão, abandono, entre outros fatores que violam os direitos desses sujeitos em fase de desenvolvimento. Funciona como moradia provisória até que seja assegurado o retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta. Nesse sentido:

[...] o processo de institucionalização e acolhimento, que foi alterado após a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e da Lei de Adoção tornando o acolhimento institucional uma medida protetiva com objetivo de evitar que os direitos das crianças e adolescentes sejam violados. Durante muitos anos, a situação desses sujeitos era totalmente diferente, aplicavam medidas de correção e punição, levando em consideração a pobreza. Contudo, com o surgimento de novas leis, se instituiu a proteção integral, sendo dever da família, da sociedade e do Estado garantir prioridade absoluta independente da classe social a que pertença. Além disso, o acolhimento institucional deverá se dar em caráter de excepcionalidade e provisoriedade, tendo em vista que a criança ou adolescente só poderá ser afastado da família e do convívio social, após serem utilizadas todas as medidas possíveis. O afastamento do convívio familiar deverá ser uma medida rara, evitando danos ao desenvolvimento causados por separações [...] (TROMBETTA *et al* 2021, p. 1).

O assistente social nessas instituições tem como principal função acompanhar as crianças e adolescentes recebidos com o objetivo de defender seus direitos. Sendo assim,

O Serviço Social na dinâmica das instituições de acolhimento possui um caráter interventivo na busca da transformação da realidade social da criança e do adolescente sob a ótica da garantia de direitos sociais através de articulação institucional e interinstitucional (BOSCHETTI, 2009 apud CARVALHO, 2015, p. 40).

Para Mazera (2018), o movimento de redefinição da profissão do Serviço Social trouxe um processo de renovação crítica da profissão, a fim de construir uma nova identidade profissional. Buscou eliminar práticas conservadoras no campo da formação e do trabalho.

Conforme Piana (2009), a práxis envolve a intervenção de um profissional qualificado para intervir junto à instituição, defendendo propostas, projetos, sua formação e atuação profissional, sem exceder as ações que mostrem a realidade, transformando-as em práticas de direito aos usuários. Suas atuações interferem diretamente na população, incluindo a difícil tarefa de escolher os que possuem ou não garantias de acesso ao sistema e equipamentos sociais. Diante do ranço histórico da profissão, ressalta-se o crescente avanço do profissional do Serviço Social nas gestões a ele articuladas e na própria organização política da categoria. O Serviço Social apresenta-se na sociedade brasileira como profissão sólida e habilitada para atuar junto às expressões da questão social, atendendo de forma plena os seus usuários. A concretização do projeto ético-político do Serviço Social exige que o profissional reformule seu perfil, criando uma personalidade que ultrapasse os limites institucionais e deixando no passado o assistencialismo. Com isso, avança na busca por direitos e cidadania.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Segundo Costa (2014), é no exercício diário que se devem seguir as diretrizes políticas, éticas, teóricas e metodológicas do Projeto Ético-Político; é neste mesmo dia a dia regido pelo neoliberalismo que a práxis do Serviço Social é desconceituada mediante as configurações do mundo do trabalho. Como defender a liberdade e ser contra os abusos em uma sociedade controlada pelo capitalismo? Como lutar pela emancipação dos cidadãos se os direitos estão dentro dos limites da desigualdade estrutural? Como o profissional do serviço social deve se portar nesse terreno movediço? Primeiramente deve se fazer uma

análise crítica no intuito de buscar compreender o sistema capitalista e sua historicidade no processo de acumulação de riqueza para, assim, acreditar nas saídas, que devem ser coletivas.

Mas, o que os assistentes sociais que estão nos espaços socio-ocupacionais executando as políticas sociais podem fazer? Conforme Martinelli (2006 apud COSTA, 2014, p. 376), “somos nós, portanto, que podemos, pela mediação das nossas práticas, dar vida e concretude ao projeto ético-político profissional”. Devem-se procurar as intervenções que se fizerem necessárias no intento de desvendar as condições e relações de trabalho, em prol da materialização concreta do Projeto Ético-Político; estes são alguns dos caminhos possíveis, pois “mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente [...] é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada” (MARTINELLI, 2006 apud COSTA, 2014, p. 376).

De acordo com Costa (2014), as condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais do Serviço Social, dentro dos espaços socio-ocupacionais, contêm vários desafios que vão além das relações de trabalho, dificultando o atendimento de forma qualificada. Existem muitas demandas para uma equipe reduzida de profissionais: trabalho precarizado, local inadequado para atendimentos aos usuários, desvalorização, falta de capacitação profissional, trabalho sob pressão, que limitam a práxis do Assistente Social.

Tendo em vista este quadro fragilizado, desestabilizado e empobrecido, muitos profissionais deixam de se mobilizar na luta por seus direitos e pelos dos usuários que atendem. Todavia, o conhecimento desse ataque neoliberal não deve assustar a categoria profissional a ponto de fazê-la retroceder, é preciso que ela examine minuciosamente a articulação política e coletiva no seu interior, bem como junto aos movimentos sociais, as outras profissões e demais sujeitos coletivos; é preciso criar estratégias para o enfrentamento das políticas do capital pois, como afirma a campanha lançada pelo CFESS (2012 apud COSTA, 2014, p. 377): “Sem movimento não há liberdade”.

3 Considerações finais

Percebe-se que o aprofundamento da pesquisa sobre crianças e adolescentes é essencial para o enriquecimento do repertório intelectual dos estudantes de Serviço Social, para que reflitam sobre a importância dessa temática, abordada em trabalhos acadêmicos anteriores.

Considerando esse tema de suma importância para a práxis profissional do assistente social no que se refere ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, é preciso

apontar os desafios que o profissional encontra no cotidiano, que ainda apresentam características conservadoras, resquícios da gênese da profissão.

A pesquisa indica que, apesar dos avanços conquistados após a aprovação do ECA, historicamente existe a cultura da institucionalização, que precisa ser repensada. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social deve estar respaldada no seu compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão, para viabilizar direitos, buscar a articulação social para incidência na realidade, possibilitando assim que os usuários se reconheçam como seres sociais e sujeitos de direitos.

Conclui-se através desse artigo que, na sua historicidade, o Serviço Social esteve marcado por avanços e retrocessos, no entanto, estamos em perpétua transformação e isso nos instiga, como estudantes, a buscar conhecimento e aprimoramento para uma práxis profissional com visão de totalidade e comprometimento. Considera-se então, de suma importância levar o aprendizado adquirido em sala de aula para além dos muros acadêmicos.

Referências

ANDRADE, Marcelo Pereira de. **Educação física na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor- FEBEM/ SP**: Uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo os discursos dos professores. 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UNICAMP, Campinas - SP, 1997. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_eaad72933ada8b7629d02078cdb75574. Acesso em: 02 nov. 2019.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca - SP, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/13/78>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Brasília:

Presidência da República Casa Civil, 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CARVALHO, Andreia Aparecida Ribeiro de. **A atuação do serviço social na garantia dos direitos da criança e adolescente em abrigamento no município de Paranaguá: o olhar do usuário e da equipe técnica**. 2015. 55 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos - PR, 2015.

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a assistente social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2014. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18644>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FALEIROS, Eva Terezinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (comp.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FIGUEIREDO, Cyntia Maria Petrocínio. A FEBEM vai bem: o que atrapalha, são os menores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 4, jun. 1987. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000200014. Acesso em: 24 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-36, mar./abr. 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

LIMA, Naiara Gaspar de Holanda; COSTA, Hudson Andrey Correa da. Serviço Social e a teoria da complexidade: uma relação possível? In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016 Disponível em: <https://silo.tips/download/servio-social-e-a-teor-servio-social-e-a-teoria-da-complexidade-uma-relaao-possi>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MAYORAL, María Rosa Palazón. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715081602/cap13.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MAZERA, Lucy. Estratégias para atuação do assistente social na atualidade. **Medium**. Serviço Social, [s. l.], 16 maio 2018. Disponível em: <https://medium.com/@lucymazera/estrat%C3%A9gias-para-atua%C3%A7%C3%A3o-do-assistente-social-na-atualidade-ee75c63540d8>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MPPR, Ministério Público do Paraná. **Criança e Adolescente**. Por que não se deve utilizar o termo “menor”. (2019). Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1504.html#>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Humberto da Silva. A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura. **Angelus Novus**, São Paulo, ano 6, n. 10, p. 159-176, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/124479>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MIRANDA, Humberto da Silva. A FEBEM, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História**, São Paulo, n. 55, p. 45-77, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Realidade**, Franca - SP, n. 128, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100143. Acesso em: 14 nov. 2019.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SILVA, Antonio Ozaí da. O pensamento conservador. **Blog do Ozaí**, Maringá - PR, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://antoniozai.wordpress.com/2016/11/17/o-pensamento-conservador/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016. Disponível em: <https://cressmg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiência de promoção do direito à convivência familiar e

comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC- RIO, 2006.

TROMBETTA, Natália Mdereiros; VIRGOLIN, Isadora Cadore; NEUBAUER, Vanessa Steigleder; VEIGA, Deivid Jonas Silva da; LINK, Ieda Márcia Donati. Instituições de acolhimento em observância do princípio da excepcionalidade. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 14, p. e527101422312, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.22312. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22312>. Acesso em: 23 nov. 2022.

VIEGAS, Simone Soares. **A política de atendimento a crianças e a adolescentes em abrigos de belo horizonte**: história, organização e atores envolvidos. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_ViegasSS_1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.